

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REFORMAS ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA DOS ANOS 1990

*Marcelo Henrick Alves dos Santos*¹

Graduando em Ciências Econômicas (URCA)

marcelohenrick22@gmail.com

*Christiane Luci Bezerra Alves*²

Doutora Docente Adjunta, do Departamento de Economia da URCA

RESUMO

A economia brasileira da década de 1990 é reflexo de um conjunto de reformas estruturais adotadas a partir das orientações neoliberais, difundidas amplamente nos países latino-americanos como receituário para o combate a inflação e endividamento externo. Este trabalho objetiva investigar as mudanças estruturais da economia brasileira, verificadas a partir das abruptas aberturas comercial e financeira. No comércio exterior, houve crescimento do volume importado devido a eliminação das tarifas e barreiras às importações, bem como da valorização cambial vigente à época com o advento do plano de estabilização econômica do Real. O fluxo de investimentos diretos estrangeiros que adentraram a economia não foi intimidado à luz de choques externos, refletindo a vulnerabilidade externa do país diante da vultosa entrada de capitais externos.

PALAVRAS-CHAVE: abertura comercial, reformas estruturais, Brasil, investimentos, neoliberalismo.

ABSTRACT

The Brazilian economy of the 1990s is a reflection of a set of structural reforms adopted from the neoliberal orientations, widely disseminated in Latin American countries as a recipe for fighting inflation and external indebtedness. This work aims to investigate the structural changes of the Brazilian economy, verified from abrupt commercial and financial openings. In foreign trade, there was an increase in imported volume due to the elimination of tariffs and barriers to imports, as well as the appreciation of the exchange rate prevailing at the time with the advent of the economic stabilization plan of the Real. The flow of foreign direct investment into the economy was not intimidated in the face of external shocks, reflecting the country's external vulnerability in the face of large foreign capital inflows

KEYWORDS: trade liberalization, structural reforms, Brazil, investment, neoliberalism.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Pesquisador e bolsista do PIBEX/URCA. E-mail: <marcelohenrick22@gmail.com>.

² Professora Adjunta ao Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente - DDMA da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: chrisluci@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Os anos 1990, no que se refere à economia brasileira, foram marcados pelo processo de institucionalização de uma nova orientação política pautada no receituário neoliberal, com intensa desregulamentação da economia e reorientação sobre a ação do Estado e o mercado, delimitando seus campos de atuação e favorecendo uma conjuntura que pleiteava o equilíbrio baseado no controle da inflação e consequente estabilização econômica.

Mais intensamente nas décadas de 1960 e 1970, os países latino-americanos assistiram suas dívidas externas crescerem, atreladas a seus modelos de substituição de importações e sofreram com políticas de ajuste nos países centrais, particularmente na economia americana, decorrentes das altas taxas de juros adotadas por sua política monetária para controle da inflação. Ressalte-se, entretanto, que a conjuntura macroeconômica internacional de liquidez do pós-guerra favoreceu a tomada de vultosos empréstimos pelos países devedores aos países credores do centro, principalmente em decorrência do mercado dos eurodólares, fundamentado no “sangramento” do mercado de créditos, favorecido pelo bom desempenho dos petrodólares.

A situação é invertida a partir da década de 1970, com o advento dos choques do petróleo que se sucederam. O monopólio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) garantiu poder suficiente para que se efetivasse a elevação dos preços deste produto, refletindo vigorosamente na conduta macroeconômica dos Estados Unidos e Europa, como supracitado à política norte-americana.

Os países devedores, latino-americanos em sua essência, ficaram ao sabor do crescimento econômico pautado em inflação, com acentuação do endividamento externo. Como resultado, essas economias sentiram rapidamente os efeitos das restrições ao crédito internacional, com a interrupção dos fluxos de capitais.

No Brasil, o fenômeno repercutiu sobre as altas taxas de crescimento econômico que vinham sendo auferidas pela economia desde então, freando-as e evidenciando, inicialmente, a crise do Milagre Econômico (período que se estende de 1968 a 1973, onde o PIB do país chegou a crescer 14% a.a) e no final da década, a crise do próprio modelo de substituição de importações.

As tentativas de socorro às economias em crise foram sucedidas por tentativas de intervenção política pelos países desenvolvidos. O Consenso de Washington, realizado



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

em 1989, resultou em orientações aos países endividados, estratificadas em controle dos gastos públicos e aberturas comercial e financeira. O cerne dos problemas seria, conforme diagnóstico do consenso, a acentuada ação do Estado no mercado e o populismo econômico (BRESSER-PEREIRA, 1991).

A reestruturação consistiu em fluxo de comércio internacional intenso e abertura da conta de capital do país, através dos quais se obteve a brusca implementação de um modelo neoliberal que mudou a concorrência no mercado interno pela ótica da oferta, e a queda dos preços pela ótica da demanda. Soma-se, ainda, que a incorporação de investimentos definiu novos níveis de produtividade.

Dada a magnitude dessas transformações e à reestruturação imposta à economia doméstica, este artigo propõe uma reflexão sobre as profundas alterações na estrutura da economia brasileira dos anos 1990, objetivando uma análise no que tange aos novos paradigmas de interação com o mercado internacional, particularmente no que se refere às aberturas comercial e financeira. Neste sentido, o trabalho se encontra dividido em quatro seções, além desta introdução: na seção 2 é caracterizado o fenômeno da globalização, como um fenômeno de integração política e econômica internacional; na seção 3, discute-se a conjuntura macroeconômica brasileira na década de 1990 sob a ótica das propostas de reorientação do comércio exterior; na seção 4, realçam-se as características do processo de liberalização financeira do país; na seção 5, apresentam-se as considerações finais sobre as reflexões deste trabalho.

2 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS PAÍSES

O período dos anos 1990 marca a intensificação da integração econômica entre os países, tanto político, como economicamente. A formação de blocos econômicos torna explícita a tentativa dos países em convergir no que se refere aos ideais de interligação econômica e adesão conjunta às políticas de comércio exterior. Esse processo faz parte de uma fase recente do sistema capitalista de produção, onde se acirra o movimento de competição internacional, de onde resulta na generalização de políticas econômicas que levariam à estabilização e às aberturas comercial e financeira, fenômeno explicitamente visível na conjuntura global a partir da década de 1970 com a formação de blocos/grupos



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

econômicos, para focalização nas relações de comércio exterior, com crescente mobilidade de capitais (CARNEIRO, 1999).

Exemplos explícitos desse novo modelo econômico de integração internacional, tanto para circulação de mercadorias como de capitais, são as formações dos blocos econômicos para comércio, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tratado assinado em 1991, inicialmente, por quatro países – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – para instituir um mercado comum entre estes mesmos países, com a possibilidade de ingresso de novas nações sul-americanas, desde que estas fizessem parte da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (ROGRIGUEZ, 1995). Um breve passeio pela história nos faz lembrar o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA), firmado em 1º de janeiro de 1994, entre Estados Unidos, Canadá e México para fortalecer o comércio entre os mesmos por meio de redução de tarifas alfandegárias. Outro exemplo é a União Europeia (UE), acordo firmado para promover a cooperação política e econômica entre os países europeus.

Não é objetivo deste trabalho a análise desse processo de parcerias entre os países, marcado pela intensificação da globalização, alavancada na última década do século XX. Contudo, não foge fazer uma ressalva para algumas das características de transição para o advento da globalização.

Conforme Carneiro (1999), a globalização é resultado de uma ordem econômica na qual são progressivamente eliminadas as barreiras ao fluxo de capital entre os países, o que repercutiu no crescimento do fluxo de transações cambiais e fluxos brutos de capitais internacionais, processo este orientado pela decisão do Estado de agir em conformidade com os interesses de grandes grupos econômicos.

Para Castells (2002), as revoluções tecnológicas centradas na tecnologia de informação, telecomunicação e transporte, além da interdependência que agora passa a ocorrer entre os países, transformaram a paisagem social e a forma como passaram a se estabelecer as relações entre economia, Estado e sociedade.

Ramos (2005) discorre sobre as fases da globalização, que ocorrem concomitantemente com o processo de acumulação e reprodução do capital. Segundo o autor, o processo tem início na acumulação originária, quando os mercados internacionais passam a ser as forças dinamizadoras do capitalismo comercial, pressionando as estruturas de produção até o surgimento da manufatura. A partir de então, o processo continua até o momento do advento da industrialização, quando a produção em larga



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

escala exige a expansão das vias de circulação de mercadorias, até quando ocorre a globalização – nitidamente a partir da II Guerra Mundial e intensificada nos anos 1970 – além de integração de aspectos da realidade social, como a política, as relações sociais, econômicas ou culturais.

Ressalte-se, desta forma, que a globalização é caracterizada como um processo onde os países passam a interagir entre si, estabelecendo relações comerciais e diplomáticas – os países centrais servindo de modelo para a adoção de aspectos políticos, sociais, econômicos e/ou culturais nos países subdesenvolvidos. Desta forma, a relação centro-periferia ocorre como um desenrolar das fases do capitalismo, desde o capitalismo originário ao imperialismo³.

3 O BRASIL E A ABERTURA COMERCIAL COM O EXTERIOR: ANOS 1990

A década de 1930 marca a transformação do parque industrial brasileiro que, por sua vez, atende a uma reorientação do dinamismo econômico nacional para fazer frente aos estrangulamentos externos que se sucederam, principalmente após a Grande Depressão de 1929.

Conforme Fonseca (2003), após 1933, a indústria nacional passou a liderar as taxas de crescimento da renda e emprego, concomitantemente ao fato das exportações do país sofrerem declínio, depois da queda da demanda internacional pelos produtos agroexportadores do país – o café comandava parte considerável da pauta de exportações brasileiras, o que exigiu uma atenção considerada por parte das autoridades macroeconômicas, devido sua performance comercial de queda pós-depressão de 1929. Esse movimento direcionou os esforços dos agentes macroeconômicos a atenderem a demanda interna, contando com a política do governo a seu favor. “Iniciou-se, assim, um período de aproximadamente cinco décadas — que duraria até o final da década de 1970, com a conclusão dos investimentos do II PND [Plano Nacional de Desenvolvimento], do governo Geisel — que é conhecido como *processo de substituição de importações PSI*” (FONSECA, 2003, p. 248).

³ Conforme Lenin (2008), o imperialismo caracteriza a fase de monopólio do capitalismo em países avançados, onde uma empresa centra diferentes ramos da indústria, ou seja, as grandes empresas sobrepõem as empresas menores, com o capital financeiro, personificado na transformação do capital bancário em capital industrial, dominando a esfera financeira e as relações de mercado.



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

O PSI, somado ao advento das crises cambiais deste período, direcionaram as políticas de comércio exterior adotadas a estimularem o atendimento ao consumo nacional, por meio do incentivo à produção interna, permitindo a entrada no país de bens que não possuíssem similar nacional ou bens para atender ao excesso de demanda, incorrendo ao protecionismo exacerbado (FONSECA, 2003).

Num primeiro momento, observa-se um processo de “industrialização restringida”, no qual o setor secundário ainda depende, de certo modo, dos capitais gerados pelo setor primário-exportador brasileiro, imprimindo tímidas alterações no modo de acumulação e onde a indústria concentra-se na produção de bens leves de consumo. A intervenção do Estado na economia, comandando o tripé de sustentação do PSI, cria condições para a participação crescente dos capitais privados nacional e estrangeiro, na medida em que se escalam os estágios superiores da pirâmide industrial brasileira. A partir dos anos 1950, os investimentos nos setores de bens intermediários e de consumo durável consolidam uma nova fase do PSI, a industrialização pesada, sob a égide do “nacional desenvolvimentista”. Vale ressaltar, que todo esse processo se desenvolve sob ampla proteção da indústria nacional, frente à concorrência da indústria estrangeira.

Assim, entre 1958 e 1988, a política de comércio exterior brasileiro adotou uma ênfase voltada ao protecionismo, juntamente com o processo de substituição das importações, onde se destacam a incidência de regimes especiais de importação, barreiras não tarifárias e estabilidade das alíquotas; reservas de mercado; lei de similares nacionais etc (AVERBUG, 1999). No final da década de 1980, há uma mudança na orientação da política econômica, com a eliminação nestes esforços antiliberais.

O processo de abertura comercial no Brasil tem início com as medidas adotadas entre o biênio 1988/89, cujos esforços buscaram eliminar as tarifas nominais – que passaram de 41,2% para 17,8% –, reduzir as barreiras não-tarifárias, abolição de regimes especiais de importação, unificação de tributos que incidiam sobre compras externas e redução do nível e grau de proteção tarifária da indústria nacional (AVERBUG, 1999).

A alíquota média de importação caiu 35,5% em 1989; adicionalmente, foi dispensada a ideia de prazo mínimo para pagamento de financiamentos orientados para importação de bens de capital e bens intermediários, para serem utilizados na indústria de máquinas e produtos têxteis, resultando, assim, em aumento do valor e da quantidade das importações (AZEVEDO; PORTUGAL, 1998).



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

Obstante ao modelo anteriormente vigente de proteção aduaneira, de 1988 a 1993 o governo eximiu-se, embora que parcialmente, da adoção de políticas que restringissem as importações. A conjuntura econômica nacional estava, então, voltada à liberalização comercial, aprofundada pelo interesse de integração da economia nacional ao mercado externo. Os programas de redução de tarifas⁴ para importar, implantados, respectivamente, em 1988-1989, 1991-1993 e 1994, acabaram por reduzir o grau de protecionismo na economia do país. Entretanto, o retrocesso do período de 1995-1998, ocasionado pela Crise Mexicana de 1994, inviabilizou o financiamento do déficit comercial que era crescente até o início do Plano Real – momento até quando foi significativa a expansão da abertura de comercialização com o exterior (CORSEUIL; KUME, 2003; AZEVEDO; PORTUGAL, 1998; AVERBUG, 1999).

Os anos iniciais da década de 1990 marcam um período de conjugação de crise, instabilidade macroeconômica e aprofundamento do processo de abertura; que serão seguidos de estabilidade pós-real, queda dos preços de bens de capital via valorização do câmbio, retorno do crédito doméstico, expansão do comércio regional e consolidação do Mercosul (ALVES, 2005).

Moreti (2011) ressalta que durante o Governo do Presidente Collor de Melo, foi instituída uma nova Política Industrial e de Comércio Exterior, eliminando grande parte das barreiras não-tarifárias decorrentes do regime anterior de restrição às importações.

Ademais, outros mecanismos foram utilizados para promover o volume de conteúdo importado, como a abolição dos regimes especiais para produtos internacionais e a adoção de um cronograma de redução das tarifas de importação fundamentado numa estratégia em que: a) alíquota nula sobre produtos sem similar nacional; tarifas de 5% para produtos cujas tarifas eram estas desde 1990; setores cujos insumos não eram incididos de tarifas tiveram as mesmas aplicadas ao nível de 10% e 15%; alíquota de 20% sobre produtos manufaturados; alíquotas de 30% sobre as indústrias de química fina, trigo, massas, toca-discos, videocassete e aparelhos de som; tarifas de 35% e 40% sobre os setores automobilísticos e de informática, respectivamente (MORETI, 2011; AZEVEDO E PORTUGAL, 1998; AVERBUG, 1999).

⁴ A reforma tarifária foi implementada em 17.06.88, através da Resolução 1.516 do Comitê de Política Aduaneira (CPA). Ao lado da reforma tarifária, o governo alterou a política industrial, buscando uma maior competitividade dos produtos de exportação, reduzindo a alíquota do IPI, através do Decreto 95.923, de 19.05.88 (AZEVEDO E PORTUGAL, 1998,p. 2).



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

Conforme Vieira (2003), neste período do último decênio do século XX, a globalização introduziu mudanças na condução da política de comércio externo do Brasil, que resultou no advento da abertura comercial, aumentando o risco de empresas nacionais frente à concorrência de multinacionais, demandando uma reestruturação na estrutura produtiva do país, que provocasse eficiência na operacionalidade e na produção. Para tal objetivo, o governo, então, cria o Programa de Competitividade Industrial e o Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade, alocando recursos financeiros em programas de qualidade total e estímulo à medidas de avanço tecnológico “com ênfase para a racionalização das linhas de produção, substituição de processos, introdução de sistemas de automação e de controle aprimorado de qualidade” (VIEIRA, 2003, p. 16).

Assim, como descrevem Corseuil e Kume (2003), no período de 1988-1989, particularmente em junho de 1988 e setembro de 1989, houve duas reformas tarifárias, respectivamente, que buscaram eliminar a parcela redundante da tarifa nominal⁵, ambas não tiveram efeitos significativos sobre o volume das importações. Mais tarde, entre 1991 e 1993, foi a vez das barreiras não-tarifárias (BNT's) e os regime especiais de tributação serem abandonados, adotando-se, em seguida, um cronograma – previamente anunciado – de redução gradual de tarifas de importação. Em 1994, as reduções tarifárias estavam ligadas ao Plano Real, para tornar os preços domésticos competitivos externamente.

Vieira (2005) corrobora ao que é exposto por Corseuil e Kume, destacando que a Política Industrial e de Comércio Exterior, válida a partir de 1990, eliminou as barreiras não-tarifárias, servindo de base para um agendamento de redução tarifária sobre as impositões entre 1990 e 1994, onde, no fim deste período, a tarifa máxima deveria ser 40%. Entretanto, como o autor ressalta, o cronograma sofreu alterações em outubro de 1992, e as mudanças, destinadas a ocorrerem somente durante os dois anos seguintes, foram antecipadas.

No intervalo 1995 – 1998, a elevação das tarifas de um grupo de bens de consumo e da reintrodução de dificuldades administrativas na importação, “tais como a exigência de pagamento à vista nas compras externas com financiamento externo inferior a um ano, a criação de uma lista de produtos para os quais eram exigidas a licença prévia de importação e a aplicação de salvaguardas” (CORSEUIL; KUME, 2003, p. 12), marcaram o recuo do processo de liberalização comercial.

⁵ A tarifa nominal refere-se à alíquota do imposto de importação fixada na legislação (CORSEUIL e KUME, 2003, p. 19).



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

A competitividade dos setores produtivos domésticos está intimamente ligada às tarifas de comércio externo, uma vez que qualquer alteração da tarifa sobre importação modifica diretamente a competitividade dos produtos estrangeiros nos mercados nacionais, enquanto que, no caso da tarifa sobre exportação, uma alteração muda a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo (ROSSI, 2016).

Na tabela 1 tem-se a representação da redução da alíquota média do imposto de importação, entre 1990 e 1994.

Tabela 1 – Brasil – Imposto de Importação – 1990-1994

Ano	1990	1991	1992	1993	1994
Alíquota Média Simples	32,1	25,2	20,8	16,5	14,0

Fonte: Bumann (1998).

Observa-se uma queda de, aproximadamente, 56,40% no valor médio da alíquota do imposto de importação nos anos de 1990 e 1994, indicando a disposição dos agentes macroeconômicos em adotar, à época, uma política de estímulo à aquisição de produtos estrangeiros e facilitar a inserção da economia brasileira no comércio mundial.

A tarifa média foi reduzida paulatinamente de 33,2% para 25,3% em 1991, 20,8% em 1992, 16,5% em 1993 e 14% em 1994. Entre 1991 e 1993 sofreram quedas os regimes especiais de importação, que de 75,8% foram reduzidos para 50,4% em 1991, e, em consequência da retirada desse incentivo para serem efetuadas, o valor das importações, vinculadas a estes regimes, manteve-se estagnado neste período, num patamar de US\$ 8,5 bilhões (o volume total de importações cresceu 49,8%, elevando-se de US\$ 14,044 bilhões para US\$ 21,0 bilhões). De 1989 a 1993, aumentou-se em 38,3% o valor das importações, que em números expressou-se de US\$ 18,3 bilhões para US\$ 25,2 bilhões. Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), a quantidade importada cresceu 70,7% neste mesmo período (AZEVEDO; PORTUGAL, 1998).

A partir de julho de 1994, sob o interesse do Plano Real, a abertura comercial do Brasil passa a ser moldada para atender aos planos da nova moeda, seguindo, cronologicamente, três fases: a primeira corresponde ao momento em que houve medidas de liberalização comercial, a fim de manter sob controle a inflação, através da redução de tarifas sob produtos com maior peso no índice de preços, além de antecipar a Tarifa Externa Comum (TEC). O esforço reduziu a alíquota nominal média de importação de



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

13,2%, em julho de 1993, para 11,2% no final do ano seguinte. Na segunda fase, ano de 1995, quando ocorrem os déficits na balança comercial e a situação externa desfavorável para financiamento de déficits, estimula-se o governo a elevar as tarifas de importação de alguns produtos, impondo restrições, principalmente, sobre os bens de consumo duráveis, cuja demanda era expressiva. No decorrer de 1996, houve nova flexibilização da política de importação, com novos estímulos, como reduções de tarifas, sendo dados principalmente para os produtos cujas alíquotas haviam sido elevadas no ano anterior (AZEVEDO; PORTUGAL, 1998).

A abertura comercial também possui reflexos sobre o PIB, apesar de seus efeitos sobre esta variável em questão não ocorrerem de imediato. O acesso às inovações tecnológicas, através das importações, também sinaliza um ponto benéfico de uma economia aberta, principalmente quando se considera a qualificação da mão de obra.

Oliveira (2014) considera que o fato de o Brasil se tornar uma economia mais aberta na década de 1990 proporcionou um aumento na produtividade e uma mudança na estrutura econômica do país, pois a política de comércio exterior visava buscar novos mercados e impactos competitivos de importações nos setores produtivos. Adicionalmente, foram firmados acordos de caráter multilateral e em diferentes épocas para confluir com suas estratégias de transação comercial e manter relações com países não somente sul-americanos, como no acordo do Mercosul, mas também de outras regiões, cabendo ressaltar as relações com os Estados Unidos, com a proposta do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), e a União Europeia.

A análise da Tabela 2 demonstra que “é inquestionável que os substanciais déficits na balança comercial guardaram uma relação estreita com a sobrevalorização do câmbio real que ocorreu no período de 1992-1998” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 3).

Tabela 2 – Evolução da taxa de câmbio, exportações, importações e balança comercial do Brasil - 1990-2002 - (milhões US\$)

Ano	Taxa de Câmbio	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)	Balança comercial	Variação (%)
1990	168,59	31 414	-	20 661	-	10 752	-
1991	1.068,70	31 620	1%	21 040	2%	10 580	-2%
1992	12.387,00	35 793	13%	20 554	-2%	15 239	44%
1993	326,095	38 555	8%	25 256	23%	13 299	-13%
1994	0,844	43 545	13%	33 079	31%	10 466	-21%



**Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 –
Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves**

1995	0,9715	46 506	7%	49 972	51%	-3 466	-133%
1996	1,0386	47 747	3%	53 346	7%	-5 599	-62%
1997	1,1156	52 994	11%	59 747	12%	-6 753	-21%
1998	1,2079	51 140	-3%	57 714	-3%	-6 575	3%
1999	1,7882	48 011	-6%	49 210	-15%	-1 199	82%
2000	1,9546	55 086	15%	55 783	13%	- 698	42%
2001	2,3196	58 223	6%	55 572	0%	2 650	480%
2002	3,5325	60 362	4%	47 240	-15%	13 121	395%

Fonte: Banco Central do Brasil.

É notório que no ano de 1995 as importações atingem o seu maior percentual positivo de variação, apresentando tímido crescimento nos anos seguintes – concomitante a isso é a retomada pelo governo de novas tarifas sobre as importações, subsequente à crise no México – quando, em 1998 e 1999, apresentam variação percentual negativa, fenômeno intrinsecamente ligado às crises asiática (1997) e russa (1998) e a desvalorização. Após as crises, a balança comercial volta a recuperar-se em 2002, apresentando crescimento de 395% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi determinado devido o valor das exportações crescerem 4% e as importações continuarem a apresentar queda, quando decaíram 15% no mesmo ano em função da depreciação da taxa de câmbio.

Para Vieira (2003), a redução de alíquotas de importação, juntamente com o câmbio valorizado, principalmente com o Plano Real em vigor, fez com que houvesse um aumento da oferta no mercado interno, via elevação das importações, dificultando as empresas de incorrerem à elevação de preços dos produtos. O processo favoreceu as camadas com poder aquisitivo menor, via redução da inflação, com o retorno do crédito, aquecendo a demanda da economia.

No que concerne à taxa de câmbio, esta pode ser definida como “o preço de uma moeda em termos de outra (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 3)”. Ou, de acordo com Rossi (2016), é o preço de uma moeda, utilizada de forma geral no espaço econômico e referência nas transações com preços relativos, em relação a outra moeda.

O advento do Plano Real fez com que a taxa de câmbio passasse a ser fixada pelas leis de mercado, porém, os persistentes déficits comerciais, somados a saída de capitais, em decorrência da crise mexicana de 1994, forçou o governo a adotar, em 10 de março de 1995, o regime de bandas cambiais (ALMEIDA; FONTES; ARBEX, 2000). O câmbio



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

passou a ser desvalorizado paulatina e gradualmente em torno de 0,6% ao mês, com a finalidade de manter a estabilidade do câmbio real (AZEVEDO; PORTUGAL, 1998). À mudança no regime cambial não pode ser creditada a sobrevalorização, tendo em vista que esta vinha sendo efetivada desde 1992, em decorrência da abertura comercial e liberalização financeira, o que resultou num crescimento avassalador das importações sem elevação significativa das exportações (PEREIRA JUNIOR, 2006).

Em janeiro de 1999, as autoridades monetárias decidem adotar uma política de câmbio de caráter flutuante em substituição ao regime de bandas cambiais – uma resposta às fortes pressões sobre as reservas internacionais do País, que sofreram queda ao longo de 1997 e 1998, diante das crises financeiras internacionais somadas ao desequilíbrio das contas públicas do País. O objetivo era manter o nível de divisas internacionais, equilíbrio no balanço de pagamentos e reduzir as taxas de juros internas (ALMEIDA *et al.*, 2000).

Para Moreira e Correa (1997), a abertura comercial no Brasil nos anos 1990 foi inevitável e necessária, até quando se considera o bem-estar da população e o crescimento econômico, dado o modelo anterior de protecionismo vigente com a política de substituição de importação, segundo os autores, favorecia o lucro abusivo pelas indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis. Essa dinâmica ocorria, já que as indústrias nacionais não enfrentavam a concorrência de produtos importados, prejudicando não apenas os ganhos de escala pelas firmas, afetadas pela restrição a novos meios de produção, como também a reestruturação das mesmas quanto às inovações tecnológicas. Ademais, os autores consideram que a liberalização tornou viável o acesso aos bens de capital e insumos de tecnologia de ponta a preços mais baixos, promovendo o acirramento da competitividade da indústria nacional.

A abertura comercial obrigou as empresas, tanto nacionais como estrangeiras, a aderirem aos padrões de competitividade internacional, buscando elevação da produtividade com redução dos custos, e incorporando tecnologias modernas para as suas permanências no mercado frente à concorrência dos produtos oriundos das importações, pois estes eram de boa qualidade e possuíam preços mais baixos (MORETI, 2011).

Considerando o lado da demanda, o fenômeno da economia com maior grau de abertura possibilitou aos consumidores exigirem produtos de melhor qualidade e preços mais baixos, dada a inserção, no mercado interno, de mercadorias importadas com qualidade superior e preços mais vantajosos ao consumidor. Do lado da oferta, o acesso a insumos e equipamentos estrangeiros possibilitou que as empresas optassem pelo



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

aumento do conteúdo importado da produção local, para atender às exigências advindas pelo lado da demanda (KUPFER, 1998).

Do ponto de vista de uma economia “fechada” – antes do processo de abertura comercial –, a economia brasileira eliminava a concorrência externa, desestimulando as empresas a atraírem novos investimentos e, conseqüentemente, devido ao controle sobre a estrutura da oferta, havia estímulo à inflação, dado que qualquer alteração nos custos era repassada aos preços. Uma vez deflagrado o processo de liberalização da economia do país, a ocorrência das privatizações atraiu investimentos em infraestrutura, e a redução de custos de produção levaram à queda nos preços dos produtos devido a abertura às importações, fatores que sumariamente e conjuntamente viabilizaram a ascensão da variável consumo por meio da elevação do salário real e ampliação do mercado de outros bens. O declínio nas tarifas de importação resultou na transferência de renda do governo para os consumidores (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997).

Mesmo tendo sido importante para o desenvolvimento da economia brasileira, a abertura comercial, de início, apresentou efeitos adversos. Primeiro, em decorrência do aumento das importações que resultaram em déficit comercial; e segundo, porque as exportações não foram incentivadas de modo a resultar no seu crescimento, o que corroborava para isto as práticas protecionistas exercidas por algumas das economias desenvolvidas, que as inibiam (SILVA JUNIOR; VIANA; ABREU, 2006).

A alteração do modelo de comércio brasileiro com o exterior, como mencionado, impôs a necessidade de reformulação econômica baseada no acervo teórico neoliberal, com expressiva abertura comercial e financeirização da economia. Não obstante, o receituário adotado a partir da década de 1990 repercutiu na eliminação de tarifas e barreiras do lado das exportações, sem contrapartida necessária das exportações – resultando em persistentes déficits na balança comercial acentuadas por crises cambiais. Diante do cenário de inflação crescente, condizente com as tentativas de estabilização fracassadas do Governo Collor e herdadas da década anterior, e, por conseguinte, o Plano Real de estabilização de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a seqüência de reformas administradas a partir de então marcaram a reorientação da conjuntura macroeconômica, fundamentadas pela redução da atuação do Estado com fomento da ação da iniciativa privada sobre as estatais, além do incentivo à vultosa entrada de capitais provenientes do exterior, caracterizada, principalmente, sob a forma de Investimentos Diretos Estrangeiros e em portfólio.



4 A LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL EM 1990

O receituário neoliberal foi adotado pelas economias periféricas a partir da década de 1990 no intuito das mesmas aderirem às políticas de reformas estruturais para que os países endividados pudessem integrar o campo de cooperação financeira, que vinha sendo pleiteado pela nova ordem econômica mundial. Desta forma, os países centrais utilizaram o Consenso de Washington para difusão de ideologias reformistas dentro das pautas necessárias às economias em desenvolvimento, como Brasil e outros países sul-americanos, como meio de integrá-las ao circuito financeiro mundial.

A abertura financeira integrou uma das pautas do inventário neoliberal, pois, através dela, aqueles países que apresentassem situação crítica nas suas contas externas poderiam utilizar deste meio para se isentarem de fase crítica e, por essa via, experimentarem o sabor do crescimento econômico (ARAÚJO, 2005).

A definição para abertura financeira, conforme Paineira e Carcanholo (2002, p. 2), pode ser considerada como “o aumento da facilidade com que os residentes de um país podem adquirir ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os não-residentes podem operar nos mercados financeiros domésticos”. Segundo os autores, os argumentos que sustentam e justificam a liberalização financeira são: alocação eficiente de recursos no plano internacional, com a poupança externa sendo encaminhada para países com deficiência em suas reservas de capital; as diferentes formas de ativos com as quais os investidores poderiam ter em seu cardápio de investimentos, reduziria o risco impostos àqueles; queda do custo do crédito, com o sistema financeiro nacional agindo de forma eficiente; redução do risco de adoção de políticas que diferissem dos sinais de mercado contemporâneos.

No Brasil, a liberalização financeira teve início no Governo Collor (1990-1992), sendo estendida e aprofundada nos dois governos de FHC (1995-1998 e 1999-2002).

Freitas e Prates (2001) destacam que algumas mudanças, no que tange à entrada e saída de fluxos de capitais, foram adotadas no intuito de se abrir a conta de capital e retomar o fluxo de capital nos anos 1990. Para regular os investimentos estrangeiros em *portfólio*, por meio do Anexo IV (1991) à Resolução 1.289/87, do Conselho Monetário Nacional (CMN), foi concedida a permissão de entrada direta de investidores estrangeiros no mercado acionário doméstico (segmentos primário e secundário); os não-residentes



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

poderiam adquirir cotas de fundos de investimento com diferentes formas de aplicação, sendo elas: fundos de privatização (instituídos em 1991), de renda fixa (1993), de empresas emergentes e de investimento imobiliário (ambos concedidos à participação do capital financeiro estrangeiro em 1996); utilização da conta de não-residentes (CC-5⁶) para ensejo da internalização de investimentos de portfólio, sem quaisquer restrições quanto ao tipo de aplicação. Além destas, mecanismos foram aderidos para facilitar a emissão de títulos de residentes (instituições financeiras e não-financeiras) nos mercados financeiros internacionais, para conduzir à “adequação do marco regulatório doméstico ao modelo contemporâneo de financiamento internacional, ancorado na emissão de *securities* (títulos de renda fixa e ações)” (FREITAS; PRATES, 2001, p.85).

Em relação a regulação de IDE do país, novos setores foram abertos; e foi permitido às empresas estrangeiras o acesso ao sistema de crédito público, bem como a incentivos fiscais do governo, e política flexibilizada na questão da remessa de lucros (CARNEIRO, 2002).

Analisando a Tabela 3, considere-se a evolução crescente dos investimentos diretos. Com as crises mexicana, asiática e russa dos anos 1990, as participações dos investimentos em carteira e outros investimentos declinaram na conta financeira do país.

Tabela 3 – Conta financeira do balanço de pagamentos (US\$ milhões) - 1990-2002

Ano	Investimentos diretos	Investimentos em carteira	Outros investimentos*	Total**
1990	364	472	3 753	4 591
1991	87	3808	-3 735	163
1992	1 924	14 465	-6 482	9 910
1993	799	12 325	-2 217	10 412
1994	1 460	50 642	-43 557	8 518
1995	3 309	9 217	16 201	28 744
1996	11 261	21 619	-672	33 514
1997	17 877	12 616	4 832	25 408

⁶ Criadas em 1959, a CC-5 (Carta-Circular nº 5) “são contas especiais, mantidas no Brasil por brasileiros que moram no exterior”. Esse tipo de conta permite que o titular, ao vir ao Brasil, deposite dinheiro em moeda nacional e, quando retornar ao exterior, possa tirar o dinheiro em moeda estrangeira. Portanto, a CC5 permite trocar reais por qualquer outra moeda estrangeira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **In: Revista desafios do Desenvolvimento.** 2007. Ano 4. Edição 31 - 5/2/2007. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2127:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 29 de out. 2017.



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

1998	26 002	18 125	-14 285	29 381
1999	26 888	3 802	-13 620	16 981
2000	30 498	6 955	-18 202	19 053
2001	24 715	77	-2 767	27 088
2002	14 108	-5 119	-1 062	7 571

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Empréstimos e financiamentos etc.

** A diferença se refere aos derivativos⁷.

Paula, Oreiro e Silva (2003) corroboram ao que é exposto na Tabela 3, ressaltando que na balança de pagamentos, “outros investimentos” (empréstimos e financiamento) tiveram peso determinante sobre o fluxo total da conta financeira, ocupando papel secundário os investimentos em portfólio. Ambos apresentaram queda em momentos de crises por conta de capitais especulativos.

Os residentes do país puderam contar com mecanismos que facilitaram a aquisição de ativos no Exterior (saída de capitais do país), como a flexibilização da CC-5, quando, em 1992, o governo elimina o limite do valor do volume de moeda estrangeira a ser repatriada, e quatro anos depois, a saída de recursos do país passou a ser realizada via CC-5 (SODRÉ; GOTTSCHALK, 2003; CARNEIRO, 2002, *apud* ARAÚJO, 2005).

Fica evidente que ao passo que a economia se torna mais aberta a recepção de capital financeiro externo, essa também fica mais propensa às vulnerabilidades decorrentes de crises que abalam o fluxo de capital. O advento das crises mexicana, russa e asiática reduziu a participação dos investimentos em carteira e outros investimentos na conta financeira do balanço de pagamentos. Apesar disto, a rubrica correspondente aos valores de investimentos diretos, neste mesmo período, parece não ter oscilado tanto em resposta a estes momentos críticos.

Ao levar em conta a solvência do país, com a abertura financeira de 1990, o conjunto do passivo externo passou a ser constituído pela dívida externa total (curto e longo prazos) e estoques de investimentos externos (diretos e de portfólio), sendo o grau de solvência medido pela relação passivo externo líquido⁸ e as exportações, ou seja,

⁷ Derivativos podem ser entendidos como um contrato bilateral que estipula pagamentos futuros de tal forma que seu valor está vinculado ao valor de outro ativo, índice ou taxa ou, em casos excepcionais, depende de um evento (ROSSI, 2016).

⁸ Refere-se “à diferença entre o passivo externo bruto e os ativos externos (reservas internacionais, investimentos brasileiros no exterior, créditos brasileiros no exterior e haveres externos dos bancos comerciais)”. (ARAÚJO, 2005, p. 5)



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

quanto menor forem estas últimas em relação ao primeiro, haverá a ocorrência de dificuldades para o cumprimento das obrigações externas (ARAÚJO, 2005). O autor destaca que o crescimento do passivo externo da economia resultou na elevação das remessas de juros, lucros e dividendos ao exterior, sem contrapartida para incrementos à quantidade de divisas da economia. A consequente apreciação da taxa de câmbio real propiciou déficits comerciais na segunda metade da década, com consequentes déficits em transações correntes, financiados com maiores ingressos de capitais, comprometendo a situação.

O grande fluxo de capitais externos leva à apreciação da taxa de câmbio real, reduzindo o saldo da balança de pagamentos através da deterioração do saldo em transações correntes e, conseqüentemente, a capacidade de solvência da economia, quanto maior for a razão passivo externo líquido/exportações (PAULA; OREIRO; SILVA, 2003).

Na Tabela 4, verifica-se o aumento da razão Passivo Externo Líquido (PEL) sobre as exportações, no período de 1992 a 2000.

Tabela 4 – Razão Passivo Externo Líquido/Exportações - 1992-2000

Anos	Passivo Externo Total (em US\$ bilhões)	Ativos Externos* (em US\$ bilhões)	Passivo Externo Líquido (em US\$ bilhões)	Exportações (em US\$ milhões)	PEL/ exportações
1992	177	39,9	137,1	35 793	3,83
1993	201,3	50,8	150,5	38 555	3,90
1994	213,4	64,2	149,2	43 545	3,43
1995	227,9	71,1	156,8	46 506	3,37
1996	275,5	83,6	191,9	47 747	4,02
1997	327,1	74,9	252,2	52 994	4,76
1998	354,7	67,5	287,2	51 140	5,62
1999	393,2	54,7	338,5	48 011	7,05
2000	430,1	46,5	383,6	55 086	6,96

Fonte: Banco Central do Brasil. Valores do Passivo Externo Total, Ativos Financeiros e Passivo Externo Líquido extraídos de Carcanholo (2003).

* inclui as reservas internacionais, os investimentos brasileiros no exterior, os haveres externos nos bancos comerciais e os créditos brasileiros no exterior.

Nota-se, diante da conjuntura econômica do país à época, que com a vultosa entrada de capital oriunda do exterior, o que elevou o estoque deste tipo de capital além do crescimento do endividamento externo, que o Passivo Externo Total apresentou uma



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

variação de 143% entre os anos de 1992 a 2000. Em se tratando do Passivo Externo Líquido, ou seja, sem considerar os ativos externos (reservas internacionais, os investimentos brasileiros no exterior, os haveres externos nos bancos comerciais e os créditos brasileiros no exterior), este indicou uma variação ainda maior no período considerado: 180% - sendo que o PEL apresentou um valor estimado em 137,1 bilhões em 1992, quando em 2000 já atinge o valor de 383,6 bilhões. “Isto se deveu ao menor ritmo de crescimento dos ativos externos brasileiros em relação ao do passivo externo total” (CARCANHOLO, 2003, p. 55).

Freitas e Prates (2001) consideram que a abertura financeira contribuiu para o aumento da vulnerabilidade externa do Brasil, a partir do crescimento da dívida securitizada e dos investimentos em portfólio – e na consequente elevação do Passivo Externo Bruto. No mais, os ativos domésticos em mãos de não residentes só seria sustentável caso promovesse o pagamento de compromissos obtidos no exterior e, por conseguinte, reduzisse a dependência de capitais de fora.

A Tabela 5 traz os indicadores de vulnerabilidade externa para o Brasil nos anos 1990.

Tabela 5 – Indicadores de vulnerabilidade externa da economia brasileira - 1990-2000

Indicador	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Dívida Externa Total/Exportações	3,9	3,9	3,8	3,8	3,4	3,4
Dívida Externa Líquida/Exportações	3,3	3,4	2,8	2,6	2	2
Dívida Externa Total/PIB*	26,3	30,5	35,1	33,9	27,3	20,7
Dívida Externa Líquida/PIB*	22,3	26,6	25,7	23	16,2	12
Serviços da Dívida/Exportações*	65,1	56,1	47,7	47,4	38,2	44,5
Serviços da Dívida/PIB*	4,4	4,4	4,4	4,2	3,1	2,7
Reservas internacionais/dívida total*	8,1	7,6	17,5	22,1	26,2	32,6
Reservas internacionais/juros pagos	0,9	1	2,9	4	6,7	5,2
Reservas internacionais/serviço da dívida	0,5	0,5	1,4	1,8	2,3	2,5
Juros/Exportações*	34,1	29,6	22,6	20,9	13,3	21,6
Transações Correntes/PIB*	-0,81	-0,35	1,58	-0,16	-0,33	-2,39

Indicador	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida Externa Total/Exportações	3,8	3,8	4,7	5	4,3
Dívida Externa Líquida/Exportações	2,1	2,5	3,6	4	3,5



**Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 –
Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves**

Dívida Externa Total/PIB*	21,4	23	28,6	41,2	36,6
Dívida Externa Líquida/PIB*	12	15	21,6	32,4	29,5
Serviços da Dívida/Exportações*	54,7	72,6	87,4	126,5	88,6
Serviços da Dívida/PIB*	3,1	4,4	5,3	10,4	7,6
Reservas internacionais/dívida total*	33,4	26,1	18,4	15,1	14
Reservas internacionais/juros pagos	5	4	3,1	2,2	2,1
Reservas internacionais/serviço da dívida	2,3	1,4	1	0,6	0,7
Juros/Exportações*	25,1	24,3	28,4	33,7	29
Transações Correntes/PIB*	-2,8	-3,5	-3,96	-4,32	-3,76

Fonte: Banco Central do Brasil.

*(%)

A análise demonstra que 6 dos indicadores analisados (relacionados aos serviços da dívida, reservas internacionais e juros como percentual das exportações) denotaram melhoria no período 1990-1994, consequência da entrada de capital externo e aumento do estoque de reservas internacionais. Já a partir da segunda metade da década, percebe-se um aumento da vulnerabilidade das contas externas, fato observado com a piora de todos os indicadores em questão. A partir de 1993, o indicador transações correntes/PIB passou a apresentar déficit, que de -0,16 neste mesmo ano atingiu a marca de -4,32 em 1999. “O aumento das remessas de lucros e dividendos e dos pagamentos de juros contribuiu para o aumento sistemático do déficit em transações correntes na segunda metade da década de 1990, quando se situou em torno de 4% do PIB” (ARAÚJO, 2005, p. 5).

Em consonância ao exposto na Tabela 5, Paineira e Carcanholo (2002) apontam que existem dois momentos: um primeiro até 1994/1995 e um segundo a daí até o final da década – isto ainda sob a influência do Plano Brady, pois logo em seguida a assinatura do acordo, desenrolou-se a amortização da dívida com valores elevados para os indicadores serviço da dívida sobre exportações, sobre PIB e como proporção das reservas internacionais.

No caso brasileiro, os investimentos diretos foram direcionados a setores que não produzem divisas, voltados ao mercado interno. Por outro, os investimentos em portfólio contribuíram de forma marginal para o financiamento de investimentos (FREITAS; PRATES, 2001).

Sendo assim, percebe-se que foram reduzidas as participações dos investimentos em carteira e outros investimentos na conta financeira do balanço de pagamentos, com os



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

valores de investimentos diretos não respondendo de maneira negativa aos choques financeiros internacionais e ocupando parcela considerável das formas de entrada de acervo financeiro internacional. No mais, pertinente a este fenômeno, ressalte-se que a financeirização da economia representou a acentuação da vulnerabilidade externa frente a desequilíbrios advindos de fora, mediante o crescimento do PEL, consentindo a elevação do Passivo Externo Total.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, a abordagem da economia brasileira diante de sua reestruturação na década de 1990, exposta neste estudo, permite inferir que o escopo da aceção às ideologias neoliberais foram fatores incisivos para o molde das políticas de intervenção do Estado neste mesmo decênio, bem como a promulgação de políticas de comércio exterior pautadas na eliminação de entraves às importações e acesso ao capital estrangeiro.

O questionamento a respeito da ordem cronológica dos fenômenos levanta o contraste acerca dos acontecimentos. O debate científico acerca da temática envolve a dúvida sobre a capacidade da estrutura produtiva e econômica brasileira em receber as reformas que lhe foram impostas a partir das políticas adotadas no intuito da efetivação das aberturas comercial e financeira. No mais, salienta-se que a reforma era necessária e inadiável, provocando dúvidas no que se refere a seus benefícios à economia. Ademais, o cenário de liquidez internacional favorável mixada a um novo paradigma de comércio com o exterior explicitou uma nova modelagem das atividades econômicas dinâmicas internas e externas do país, à medida da exigência e interação com o plano internacional.

Enquanto que a queda da alíquota de importação foi gradativa, as exportações não acompanharam o mesmo ritmo, refletindo-se em persistentes déficits a partir de 1995. A paridade com o dólar, com a instauração do Plano Real, contribui para a expansão do poder de compra da moeda nacional no mercado externo – o câmbio estava valorizado, desde então. Adicione-se que as barreiras não-tarifárias foram eliminadas como parte de um agendamento de redução das tarifas alfandegárias. Ao passo que as importações permitiram acesso a um número maior de produtos a preços mais baixos, contribuindo com a deflação no mercado interno, devendo-se levar em consideração que este resultado



Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 – Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves

também é reflexo do plano de estabilização econômica pautada no controle da inflação defendida por FHC.

Observa-se que, no particular aos investimentos, as oscilações de entrada quanto a forma de inversão estão associadas aos choques externos e especulações do mercado financeiro, consideravelmente dependente da volatilidade da economia mundial para o cenário de crise. A perceptiva é a de que os Investimentos Diretos Estrangeiros cresceram até o final da década, apresentando níveis menores de ingresso nos anos seguintes. As formas de investimento em portfólio e outros investimentos caracterizaram respostas à conjuntura internacional, pois no que remete aos anos pós-criSES mexicana (1997), asiática (1997) e russa (1998), ambos decresceram e variaram negativamente.

Saliente-se que a redução das formas de investimento supracitadas reflete a vulnerabilidade externa da economia brasileira, em detrimento do elevado fluxo de capital estrangeiro que adentrou o país a partir dos anos 1990. Ademais, a razão entre a saída e entrada de divisas cresceu até fins da década. Os indicadores de vulnerabilidade apontaram uma piora da situação de devedor do Brasil, notadamente explicita quando se verifica o crescimento da dívida com o exterior e a perda de reservas internacionais.

Portanto, o argumento do benefício das aberturas comercial e financeira entra em contraste com a situação crítica na qual o país passou a experimentar no que tange às suas contas de comércio com o exterior e de capital, principalmente a partir de meados deste decênio, com déficits em sua balança comercial e acirramento da identidade de país vulnerável financeiramente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mírian; FONTES, Rosa Maria Oliveira; ARBEX, Marcelo A. Restropectiva dos regimes cambiais brasileiros com ênfase em bandas de câmbio. **Ensaios FEE**, v. 21, n. 1, p. 7-43, 2000. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1959/2338>>. Acesso em: 02 de out. 2017.

ALVES, Christiane Luci Bezerra. Considerações sobre a evolução da indústria brasileira no ambiente de abertura comercial da década de 90. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 13, n. 24, p. 36-63, maio 2005.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. Abertura Financeira, Vulnerabilidade Externa e Crescimento da Economia Brasileira. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. (II. 2005: São Luís, MA). **Anais...** Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.



**Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 –
Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves**

Universidade Federal do Maranhão. 2005. 8 p. Disponível em:
<[http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos/EixoTemat
icoA/190Elizeu_Serra_de_Araujo.pdf](http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos/EixoTemat
icoA/190Elizeu_Serra_de_Araujo.pdf)>. Acesso em: 30 de out. 2017.

AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. **A
economia brasileira nos anos 90**, v. 90, n. 1, 1999.

AZEVEDO, André Filipe Z.; PORTUGAL, Marcelo S. Abertura comercial brasileira e
instabilidade da demanda de importações. **Nova Economia**, v. 8, n. 1, p. 37-63, 1998.
Disponível em:
<[https://www.researchgate.net/profile/Andre_Filipe_Azevedo/publication/5200336_Ab
ertura_comercial_brasileira_e_instabilidade_da_demanda_de_importacoes/links/547323
500cf216f8cfae9e3c.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Andre_Filipe_Azevedo/publication/5200336_Ab
ertura_comercial_brasileira_e_instabilidade_da_demanda_de_importacoes/links/547323
500cf216f8cfae9e3c.pdf)>. Acesso em: 24 de out. 2017.

BARROS, José Roberto Mendonça de; GOLDENSTEIN, Lúcia. Avaliação do processo
de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de economia política**, v. 17, n. 2, p. 66,
1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/66-2.PDF>>. Acesso em: 25 de out.
2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de
Washington ou crise fiscal. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23,
1991. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-
acriseamericalatina.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-
acriseamericalatina.pdf)>. Acesso em: 15 de out. 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A Década Mais que Perdida: vulnerabilidade e
restrição externas no Brasil nos anos 90. **Revista Economia Ensaios**, v. 17, n. 2, p. 45-
65, 2003. Disponível em:
<[http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/download/1257/1110
>](http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/download/1257/1110
>). Acesso em: 22 de out. 2017.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do
século XX. São Paulo: Edit. Unesp, IE-Unicamp, 2002.

_____. A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. (Texto para
discussão). IE/UNICAMP, Campinas, n. 90, out. 1999. Disponível em:
<www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1720&tp=a>. Acesso em: 05 de ago.
2017.

CASTELLS, M. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I, A
Sociedade em Rede. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002. Disponível em:
<herzog.economia.unam.mx/lecturas/inae3/castellsm.pdf>. Acesso em: 05 de ago.
2017.

CORSEUIL, Carlos Henrique; KUME, Honório. (coord.) **A abertura comercial
brasileira nos anos 1990**: impactos sobre emprego e salários. Rio de Janeiro: IPEA,
Brasília: MTE, 2003. Disponível em:
<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2511>>. Acesso em: 30 de set. 2017.



**Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 –
Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves**

FONSECA, P. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 248-282, 2003.

FREITAS, Maria Cristina Penido; PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências. **Economia e sociedade**, v. 10, n. 2, p. 81-111, 2001. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643099>>. Acesso em: 23 de out. 2017.

KUPFER, David. **Trajatórias de Reestruturação da Indústria Brasileira após a Abertura e a Estabilização**. 1998, 197 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4º ed. São Paulo: Centauro. 2008.

MOREIRA, Mauricio M.; CORREA, Paulo Guilherme. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, p. 61-91, 1997. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/66-4.pdf >. Acesso em: 24 de out. 2017.

MORETI, Fernando Piloto. **Abertura Comercial Brasileira**: contrapondo opiniões. 2011, 77f. Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011. Disponível em:
<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/120088>>. Acesso em: 15 de out. 2017.

OLIVEIRA, I. T. M. Ideias e interesses na política comercial brasileira: efeitos sobre as negociações entre o Mercosul e a União Europeia. **Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI**, n. 16, Jan./Abr. 2014. Disponível em:
<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4426> >. Acesso em: 01 de out. 2017.

PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina. In: Encontro Nacional de Economia Política. (VII. 2002: Rio de Janeiro, RJ). **Anais... IE/UFRJ**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002. 20 f. Disponível em:
<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2002/abertura_financeira_e_vulnerabilidade_externa_na_america_latina.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2017.

PAULA, L. R. de; OREIRO, J. L., DA SILVA, G. J. C. (2003). Fluxos e Controle de Capitais no Brasil: Avaliação e Proposta de Política. In: SICSÚ, J., OREIRO, J. L., & DE PAULA, L. F. (org.). **Agenda Brasil**: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços. Manóle: Fundação Konrad Adenauer. Disponível em:
<<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/fluxos-e-controle-de-capitais-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 25 de out. 2017.

PEREIRA JUNIOR, Gilson Gonçalves. A abertura comercial e financeira no Brasil e os impactos da taxa de câmbio sobre multinacionais brasileiras. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP - (XXVI. 2006: Fortaleza, CE) **Anais...** Fortaleza: Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2006. 9 p. Disponível em:



**Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990 –
Marcelo Henrick Alves dos Santos e Christiane Luci Bezerra Alves**

<http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR510341_7137.pdf>. Acesso em: 29 de set. 2017.

RAMOS, Leonardo César Souza. **A Sociedade Civil Em Tempos De Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana**. 2005. 219 f. Dissertação (mestrado em relações internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.pucio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=6617@1&msg=28#>. Acesso em. 5 de ago. 2017.

ROSSI, Pedro. **Taxa de Câmbio e política cambial no Brasil: teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SILVA JUNIOR, Gilberto Gomes da; VIANA, Gustav Ives Mendes Nicácio; ABREU, Eliane Aparecida Pereira de. Comércio exterior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, (58. 2006: Florianópolis, SC). **Resumos de Comunicações Científicas**. Florianópolis, 2006. 2 p. Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_981.html>. Acesso em: 27 de out. 2017.

VIEIRA, Aquiles. **A abertura da economia brasileira e os aspectos práticos e operacionais da exportação**. 2003, 103f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3829>>. Acesso em: 08 de set. 2017.

_____. **Teoria e prática cambial – Exportação e Importação**. 2 ed. São Paulo: Lex Editora, 2005.